



A MEDIAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA*

THE MEDIATION OF THE EDUCATIONAL ADVISOR IN THE FAMILY/SCHOOL
PARTNERSHIP

Rosemari Zanon Candaten¹
Melissa Cross Bier da Silva²

Resumo: A família é o espaço onde acontece a primeira educação dos sujeitos e onde o ser humano aprende a conviver. Essa célula passou por várias transformações ao longo do tempo, porém não pode ser negligente e transferir sua responsabilidade para a escola. Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de haver uma parceria entre as duas instituições para sustentar uma relação de harmonia e conseguir resultados educacionais produtivos. É nesse contexto que o presente estudo se baseia, com o objetivo de ressaltar a importância do trabalho do Orientador Educacional como mediador dessa associação. Essa função, indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, é exercida por um pedagogo especializado, que deve fazer um trabalho de chamamento e acolhimento das famílias, conscientizando-as de seu comprometimento com a tarefa de capacitar a criança para o bem-viver em sociedade.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria. Orientador Educacional.

Abstract: The family is the space where the first education of the subjects happens and where the human being learns how to live. This cell has undergone several transformations over time, however it can not be negligent and transfer its responsibility to the school. Thus, there is a need for a partnership between the two institutions to sustain a relationship of harmony and achieve productive educational results. It is in this context that the present study is based, aiming to emphasize the importance of the work of the Educational Advisor as mediator of this association. This function, indispensable for the teaching-learning process, is carried out by a specialized pedagogue who must do a job of calling and welcoming families, making them aware of their commitment to the task of enabling the child to live in society.

Keywords: Family. School. Partnership. Educational advisor.

* O artigo foi aprovado para publicação com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

¹ Especialista em Metodologia do Ensino de Português pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Especialista em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar pelo Centro Universitário Internacional. Graduada em Letras pelo Instituto de Ensino Superior do Alto Uruguai de Frederico Westphalen. Atualmente é professora do Curso de Teologia URI-IMT e professora do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Contato: rzcandaten@hotmail.com

² Especialista em Gestão Pública, com habilitação em Gestão de Pessoas pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR. Especialista em Educação à Distância, com habilitação em Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER.



INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compreender a configuração das famílias contemporâneas e o papel do orientador educacional, voltado para a aproximação dessas famílias ao ambiente escolar e, em parceria, ambos auxiliarem no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do sujeito como cidadão, conforme afirma Garcia (2006, p. 12). Quando essa parceria acontece, a aprendizagem da escola e de casa se complementam.

A família, por ser a primeira responsável pela educação da criança, “berço da formação de regras, princípios e valores” (SANDI, 2008, p.34), necessita zelar pelo seu desenvolvimento integral. Nela devem ser cultivados, além do afeto, os valores essenciais para sua formação como ser humano pleno. Já a escola deve incentivar a participação da família no seu contexto e construir com ela uma parceria dialógica. A interação da família na vida escolar do filho é de suma importância para que o mesmo possa se sentir amado e amparado, pois, independente de todas as adversidades que acometem a instituição familiar, esta continua sendo indispensável para o indivíduo e, conseqüentemente, para que a aprendizagem ocorra.

A educação recebida da família serve de alicerce para a educação escolar, que futuramente será oferecida à criança. Já a recebida na escola é determinante para o desenvolvimento cognitivo e social e, portanto, para o curso posterior de sua vida, pois sua tarefa principal é garantir um contato ideal para a aprendizagem e desenvolver ao máximo as diversas capacidades de seus educandos. Além disso, influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individuação destes e transmite o saber científico organizado culturalmente.

Nesse âmbito, o Orientador Educacional deve ser a ponte entre alunos e pais (e todos os que fazem parte da família) e alunos e professores, despertando nas crianças e jovens o desejo de aprender. Além disso, o Orientador deve buscar novas formas de aprendizagem e soluções para eventuais problemas que vão surgindo na área educacional. Esses problemas podem ser amenizados quando é estabelecida uma parceria entre a escola e a família do aluno.



A partir dessa análise e compreensão do papel da família e da escola, propõe-se, na primeira parte do estudo, conhecer a trajetória da família, envolvendo conceito e características, a formação de novas unidades familiares com todos os componentes que foram se agregando e o papel que representam nesse contexto.

A segunda parte enfoca o Orientador Educacional: conceito, atribuições, características e seu relevante papel na aproximação das novas estruturas familiares e a escola.

A FAMÍLIA

Conforme dispõe o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, “A família é a base da sociedade”, e uma de suas principais tarefas é preparar a criança para ser inserida nessa sociedade. Segundo Kaloustian:

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (1988, p. 30).

A instituição família é considerada a responsável pela socialização primária e pelo desenvolvimento da personalidade da criança. Porém, de acordo com Wagner (2005), a educação dos filhos, entre as tarefas que são de competência de uma família, tem sido uma das mais árduas, devido à atual conjuntura da pós-modernidade. A família passa por um período de perda de referenciais: os moldes recebidos nas gerações passadas estão desatualizados e esta se encontra sem estratégia e padrões educativos que sejam eficientes frente às novas demandas, originadas a partir da crescente diversidade de configurações e alicerces familiares e que rompem com vários paradigmas determinados.

As bases familiares sofreram alterações ao longo da história. Em uma pesquisa, Chinoy (2008) verificou que a família modelo, chamada de família matriarcal, constituída pelo laço biológico que havia entre mãe e filhos, deu origem a



outros formatos e estruturas familiares. Assim, desse paradigma se originaram novos alicerces de famílias que, com o passar do tempo, sofreram modificações para dar forma à instituição familiar de hoje.

Conforme Singly (2000), da segunda metade do século XX em diante, devido a vários fatores, tais como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero, a família brasileira passou (e continua passando) por um processo de intensas transformações. Essas alterações, relacionadas ao processo de globalização, principalmente na década de 90, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar e, conseqüentemente, estimulando mudanças em seu padrão tradicional de organização que incidiram nos processos de aprendizagem dos filhos.

Foucault (1977) aponta que as inúmeras modificações ocorridas nessa instituição deram origem aos mais diversos tipos de constituições: há as famílias *comunitárias*, onde a responsabilidade pela criação e educação das crianças é abraçada pelos pais e pela escola; também existe a família ampliada (consanguínea) com uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear mais os parentes diretos ou colaterais; existem as famílias com uma estrutura de pais únicos ou *monoparental*, tratando-se de uma variação da estrutura nuclear tradicional devido a fenômenos sociais, como o *divórcio*, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou adoção de crianças por uma só pessoa; há ainda as uniões homoafetivas, que podem incluir crianças adotadas ou filhos biológicos de um ou ambos os parceiros.

Existe ainda o grande número de mulheres descasadas que precisam arcar com o sustento da família porque seus maridos assumiram o encargo de uma nova família ou não aceitaram a gravidez e o filho. Ou, então, surge o esboço da “mulher do pai”, que apareceu em decorrência das separações de casais com filhos e seus novos casamentos. Nessas novas famílias, a mulher do pai não é madrasta, na



definição designativa, pois não substitui a mãe. Não se sabe se a mulher do pai faz parte da família nem se é parente dos filhos.

As famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias formadas por um casal e um “animal de estimação”... e, também, se questiona se podemos considerar família o solteiro adulto que vive sozinho (NASCIMENTO, 2006, p. 11).

O pensamento de que o casal e a família nuclear indissolúvel representam uma das melhores coisas que a humanidade criou impede o entendimento dos benefícios de ter mais indivíduos compartilhando dos cuidados da família. Antes do advento da família nuclear da modernidade, a que gira em torno do núcleo do casal – pai, mãe e filhos, as remotas famílias eram enormes, e todos participavam dos cuidados das crianças. Segundo Borges, “Hoje, com a dissolução da família nuclear na vida contemporânea, as grandes famílias estão voltando de outro modo. Não são mais avós, tios, primos, todo mundo morando perto” (BORGES, 2007, p. 29), não são mais laços originados pela herança de sangue, surge a mulher do pai, o marido da mãe, o filho da mulher do pai, os filhos do marido da mãe, a mãe da mulher do pai, a irmã do marido da mãe, entre outros.

Trata-se de uma grande nova família, numa maneira quem sabe mais interessante, mais diferenciada, com ligações que possibilitam, simultaneamente, a ampliação da autonomia e do circuito de responsabilidades. A desestruturação da família nuclear está permitindo o aumento dessa nova família. Significa que mais indivíduos participam intimamente e podem ser compreendidos como sendo da família. Enfim, os parentes se sustentam na afetividade e nos encargos.

Para Corso (2009), a família vive um momento diferente. Nunca tantos casamentos foram desfeitos e refeitos, mas nem pais nem filhos podem ser escolhidos e o desafio é aprender a conviver com isso. Nas famílias reconstituídas atuais, os amores dos pais trazem para os filhos novas figuras parentais, que também não são escolha deles. Enfim, a harmonia familiar nunca foi simples e agora a variedade de conflitos aumentou: são filhos vivendo longe dos pais, tendo um cotidiano com padrastos, finais de semanas alternados, férias negociadas e mal-entendidos frequentes sobre tudo.



É evidente que isso traz consequências para a formação da pessoa, visto que se multiplicam as oportunidades de identificações e afetos, contudo, se cresce com isso, pois vai ser preciso construir novos conhecimentos e aprender a lidar com o mundo de maneira diferente. Essas relações interpessoais são fundamentais para que o ser humano aprenda a viver em sociedade.

Apesar de tantas transformações e haver diversos tipos de família, esta continua sendo o primeiro e o mais significativo grupo social de todo e qualquer indivíduo e permanece uma instituição reconhecida e altamente valorizada, uma vez que prossegue exercendo funções capitais durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros. A família é responsável por armar o indivíduo para atuar no meio social. Sempre é ela que transmite, analisa e interpreta a cultura para a criança, bem como proporciona o alicerce para que as pessoas consigam desenvolver o aprendizado nas escolas.

A família deve constituir num núcleo duradouro, mas que aceite mudanças; um núcleo afetivo e funcional em que cada um cuide de si e do outro, compreendendo o outro como um ser inteiro e dotado de inteligência e desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento, mas que, ao mesmo tempo, possibilite individuação (PAROLIN, 2007, p. 38).

Contudo, a família está em falta nesse quesito, pois coloca a criança na escola, porém não acompanha o seu desenvolvimento, gerando sentimentos de abandono e negligência, conforme nos afirma Jardim, citando Maldonado: “Por falta de um contato mais próximo e afetivo, surgem as condutas caóticas e desordenadas, que se refletem em casa e quase sempre, também na escola em termo de indisciplina e de baixo rendimento escolar” (MALDONADO, 2002, Apud JARDIM, 2006, p. 20).

Os pais acreditam que a escola é a única responsável pela educação de seus filhos e por transformá-los em cidadãos e delegam a ela essa responsabilidade:

Historicamente, até o século XIX, havia uma separação das tarefas da família e da escola: a escola cuidava do que se chamava “instrução”, ou seja, a transmissão dos conhecimentos/conteúdos da educação formal e a família se dedicava à educação informal: o que podia-se definir como o ensinamento de valores, atitudes e hábitos. No mundo moderno, a educação passa também a ser objeto de atenção das famílias, que, apesar de se preocuparem com a qualidade do ensino, transferem à escola competências que deveriam ser suas tão somente. Não veem a escola como segunda etapa da educação, mas criam nela toda a expectativa de que será



responsável, a vida toda, pela educação de seus filhos. E, em muitas vezes, esquecem de fazer sua parte (FREITAS, 2011, p. 20).

Muitos pais, porém, não acolhem com alívio quando a instituição escolar desempenha a função que deveria ser deles. Para Bossols,

[...] os pais que não têm condições emocionais de suportar a sua parcela de responsabilidade, ou culpa, pelo mau rendimento escolar, ou algum transtorno de conduta do filho, farão de tudo, para encontrar argumentos e pinçar fatos, a fim de imputar aos professores que reprovaram o aluno, ou à escola como um todo, a total responsabilidade pelo fracasso do filho (2003, p. 14).

Educar não é um trabalho fácil, exige bastante esforço, resignação e calma. Educar ordena saber ouvir, porém também fazer calar quando necessário. O receio de desgostar ou decepcionar deve ser trocado pela confiança de que o amor também se explana sendo firme na determinação de limites e obrigações.

A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade. (FREIRE, 2000, p. 29).

A família deve fazer um esforço para estar presente em todos os instantes possíveis da vida de seus filhos. Presença que sugere envolvimento, obrigação e cooperação. Deve estar atenta a problemas cognitivos e de comportamentos e estar alicerçada para interferir da melhor maneira, estando propensa ao bem de seus filhos, mesmo que isso queira dizer contínuos “nãos” às suas reivindicações. Afinal, a família deve ser o lugar indispensável para assegurar a sobrevivência e a proteção absoluta dos filhos e dos outros componentes, sem levar em conta o arranjo familiar ou a maneira como estão se estruturando.

É importante compreender que quando se refere a educar, não há fórmulas ou procedimentos prontos, assim como não se acham soluções milagrosas para todo esse problema. Para Kaloustian (1988), o que colabora para isso é o fato de a sociedade contemporânea estar passando por mudanças significativas, muitas delas difíceis de serem acatadas ou entendidas.

Contudo, é significativo entender que a finalidade não é o de condenar ou julgar. Somente se está demonstrando que, gradualmente, a família tem transferido



para a escola o trabalho de formar e educar. Carece, porém, tê-la como aliada, trazendo-a para dentro da escola e fazer com que passe a ajudar de maneira mais efetiva no processo de educar. Bossols (2003) afirma que é preciso, assim, participar de responsabilidades e não transferi-las. Piaget confirma essa máxima, ao afirmar que “ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades” (PIAGET, 1972, Apud JARDIM, 2006, p. 50).

Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), baseada nos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), 2004,

[...] a criança cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar apresenta um desempenho superior em relação àquela onde os pais estão ausentes de seu processo educacional. Ao conversarem com o filho sobre o que acontece na escola, cobrarem dele e ajudarem-no a fazer o dever de casa, falarem para não faltar à escola, tirar boas notas e ter hábito de leitura, os pais estarão contribuindo para a obtenção de notas mais altas (INEP, Julho/2004).

Assim, a família e a escola devem trabalhar juntas, as duas procurando achar caminhos em meio à trança de opções que essas novas conjunturas sociais, econômicas e culturais estabelecem. Essa parceria é fundamental, pois ambas precisam se ajudar para melhor preparar o indivíduo que está sob sua responsabilidade para viver em sociedade. Reis diz:

Os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, desconhecida e que sua participação ativa nesta é a garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns (2007, p. 6).

Considerando que é através das relações entre as pessoas que se cristalizam ou se modificam hábitos, atitudes e valores, a instituição escolar precisa constituir-se um lugar de busca, de trocas, servindo à comunidade e nela buscando as razões para as construções. Para tanto, é necessário que alguém articule essa parceria família-escola e tenha competência e conhecimento para tal, pois quanto mais pessoas estiverem envolvidas, há mais possibilidades de que se consolide o



processo de aprendizagem. Esse é o papel do Orientador Educacional, tema da segunda parte desse artigo.

O ORIENTADOR EDUCACIONAL

O Decreto-Lei 4.244/42 é o primeiro documento oficial que fixa a função do Orientador Educacional como um serviço auxiliar nas escolas para ajudar na adaptação do sujeito ao meio. Em seu Artigo 81, prevê para a Orientação Educacional a função de “[...] cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhes esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com sua família”. Já nesse primeiro documento percebe-se que a função principal do Orientador Educacional é mediar a relação entre a escola e a família, estabelecendo uma ponte entre o aluno, o professor e os pais. Essa função procura as fórmulas precisas para que a instituição escolar cumpra sua atribuição de ensinar/educar, alicerçada em seu Projeto Político-Pedagógico, agenciando as condições fundamentais para a formação da cidadania dos educandos.

Para Bossols (2003) nos pontos de vista clássicos, tidos como liberais, a Orientação Educacional tinha a função de assentar o aluno à escola, à família e à sociedade, levando em conta um paradigma de indivíduo, de sociedade, de escola e até de orientação. Na pedagogia tradicional, o Orientador possuía o dever de aplicar testes e ferramentas de medida. Já, na pedagogia reconstruída, o Orientador tinha a função de examinador, identificando as transformações no desenvolvimento do educando, por meio de atividades de incitação. Nas compreensões progressistas, a orientação lida com a realidade social do educando, diante das contradições e desordens, fazendo a intercessão entre sujeito e sociedade. O sujeito é edificado no processo histórico e social da vida humana.

Grispun afirma que “o orientador educacional dialetiza as relações e vê o aluno como um ser real, concreto e histórico” (2001, p. 55). Assim, ele adota uma atitude política, notando que o ensino faz parte de um contexto sócio-econômico-político-cultural e que o educando é o sujeito central dessa conjuntura, onde o mesmo está implantado em certa sociedade. Por essa razão, o Orientador



Educacional é um profissional de suma significação na instituição escolar, porque ele orienta e esclarece as contradições e confrontações e, nesse meio, procura ajudar o aluno a entender as redes de relações que na sociedade se determinam.

Atualmente, é preciso que o Orientador Educacional adquira uma boa formação político-pedagógica, psicológica e cultural, porque o educando de hoje é bem diferente do sujeito de ontem, como afirma Libâneo:

O sujeito/aluno é um sujeito permeado por um mundo que tem por base a negação do amor e dos valores humanos, gerando atitudes de violência e intolerância. Um sujeito desprovido de otimismo, perspectivas, esperança, sonhos e ideais, combustíveis essenciais para uma vivência cidadã (2001, p. 38).

Enquanto o coordenador pedagógico assegura a execução do planejamento e dá sustentáculo formativo aos professores, o Orientador Educacional dá apoio a crianças com problemas de relacionamento e determina uma parceria com as famílias, quando existe a desconfiança de que o problema resida nelas. Pimentel (1976, p. 18) afirma que “Sua ação se estende ainda fora da escola, quando planeja junto a outras instituições da comunidade ação mais ampla que a desenvolvida no próprio ginásio”. O autor se refere aos estudos psicossociais que têm desvelado muitos desajustamentos nos alunos, sendo que estes apareceram por motivo de problemas familiares. Certas crianças apresentam procedimentos indisciplinados para chamar atenção, por ausência de cordialidade dos familiares, já outras demonstram condutas agressivas, porque os pais as tratam com crueldade.

Ao ingressar na escola a criança cria novos laços e se submete a regras diferentes das estabelecidas na família, conforme nos alerta Parolin:

Quando a criança entra na escola, ela passa a viver sob outros contratos, estabelece outras relações, submete-se a outras regras e convive a partir do que já construiu em sua vida afetiva. Reconhecer emoções como parte do ato de aprender e identificar a reciprocidade entre afetividade e inteligência como um agente interativo à atividade de construir conhecimento é essencial para que nós educadores possamos planejar e administrar uma ação verdadeiramente educativa (2007, p. 74).

Vygotsky (In OLIVEIRA, 2005) “concebe o homem como um ser que pensa, raciocina, deduz e abstrai, mas também como alguém que sente, se emociona, deseja, imagina e se sensibiliza”.



Libâneo corrobora com essa ideia quando afirma que “a cultura escolar inclui também a dimensão afetiva. A aprendizagem de conceitos, habilidades e valores envolve sentimentos, emoções, ligadas às relações familiares, escolares e aos outros ambientes em que os alunos vivem” (1998, p. 44). A falta de afetividade, quando a criança não se sente pertencente a um grupo e amada pelos seus integrantes, acarreta dificuldades de relacionamento na escola, tornando-a incapaz de criar novos vínculos. Ela se isola, há bloqueios e o desenvolvimento do pensamento sofre rupturas, ocasionando dificuldades na aprendizagem.

O grande desafio do Orientador Educacional é estabelecer um vínculo afetivo com essa criança para, assim, ajudá-la nesse processo. Para Fontoura,

Um dos remédios para combater tantos males será, pois a Orientação Educacional, compreendida não como um simples auxílio na direção dos estudos, mas sim como uma orientação integral da personalidade, tanto no campo pedagógico (orientação nos estudos) como no campo psicológico (orientação de atitudes a tomar em face dos vários problemas da comunidade e do mundo) (1970, p. 292).

Segundo Scoz, “para que se possa ter informações sobre os fatores que interferem na aprendizagem e buscar caminhos adequados para ajudar a criança, é necessário o contato com as famílias” (1994, p. 145). Para tanto, a escola deve promover atividades que estimulem essa aproximação, para que os pais não procurem a escola somente na entrega de avaliações ou quando forem chamados porque o rendimento escolar já está comprometido. O envolvimento deve ser permanente, para que a criança se sinta valorizada. No Parágrafo único do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), encontramos que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Contudo, é necessário que cada parte envolvida nesse processo, a família e a escola, tenha consciência de seu papel no processo de ensino-aprendizagem, para que não ocorra inversão desses papéis: à instituição familiar cabe prover os recursos necessários à sobrevivência, dar assistência na área de saúde, propiciar uma base afetiva e ministrar os primeiros ensinamentos, transmitindo valores morais, padrões de comportamento e princípios éticos; à instituição escolar compete



a educação formal, desenvolvendo a socialização e preparando para o exercício pleno da cidadania.

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (OSORIO, 1996, p.82).

Nesse sentido, aparece o trabalho relevante do orientador: mediar a relação entre as partes, acolhendo e ouvindo a família, intervindo de maneira adequada, levando em consideração que nenhuma família é igual a outra e deixando claro qual é a função de cada um na formação do educando. Tiba afirma que “[...] quando a escola, o pai e a mãe falam a mesma língua e têm valores semelhantes, a criança aprende sem grandes conflitos e não joga a escola contra os pais e vice-versa” (2002, p. 183).

É necessário despertar o comprometimento da família, para que se envolva com a escola, visitando o ambiente, informando-se sobre as dificuldades e facilidades do aluno, participando de reuniões e outras atividades que a escola convocar, demonstrando interesse pelas atividades desenvolvidas pelo aluno na escola e pelas tarefas que são levadas para casa, zelando pelo comprometimento com as normas de convivência estabelecidas pela escola, para que atuem juntos no desenvolvimento pleno do aluno.

Para tanto, Martins sugere que o serviço de Orientação Educacional deve inserir na programação:

- a) Promoção e reuniões dos Círculos de Pais, nas quais trocam-se experiências e ideias no sentido de se encontrar um denominador comum para as formas de educar da escola e da família, para a compreensão real das problemáticas do aluno e do ambiente onde vive, além da compreensão de suas características individuais.
- b) Promoção de outras atividades sociais, recreativas e culturais que possam atrair a família à escola.
- c) Envio periódico de boletins do SOE, contendo informações úteis sobre educação.
- d) Atendimento individual ou em pequenos grupos visando a uma conscientização sobre a problemática dos filhos (1984, p. 96).

Assim, o papel do Orientador Educacional está em auxiliar os alunos a superarem as dificuldades que venham a surgir durante sua aprendizagem, realizando um trabalho em conjunto com todos os envolvidos nesse processo,



construindo, dessa forma, um vínculo de amor e compromisso entre eles. Para Freire,

[...] a escola democrática não apenas deve estar permanentemente aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer sua atividade docente, mas também disposta a aprender de suas relações com o contexto concreto. Daí, a necessidade de, professando-se democrática, ser realmente humilde para poder reconhecer-se aprendendo muitas vezes com quem sequer se escolarizou (1997, p. 67).

A parceria família e escola, mesmo com seus distintos papéis e missão, deve compartilhar do mesmo ideal: o desenvolvimento integral da criança. Para que isso aconteça, pais e escola devem estar em completa sintonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que fundamentou todo o artigo foi analisar a importância do Orientador Educacional no contexto escolar e sua relevância no processo ensino-aprendizagem ao aproximar a família da escola. Para atingir esse propósito, primeiramente falou-se sobre as constituições familiares da atualidade e sua interferência no desenvolvimento da criança na escola.

O que se vê hoje é uma pluralidade de famílias constituídas das mais diversas formas, longe da família tradicional que se conhecia até então. Porém, percebe-se que não existe uma configuração familiar melhor do que a outra. Para que uma criança possa se desenvolver de forma sadia é preciso haver respeito, vivência de valores éticos e morais e harmonia nessa família. Essas vivências é que permitirão se construir um cidadão para o mundo. Indiferente de sua composição, se houver o acompanhamento da família no processo escolar, com certeza o aluno vai ter progresso na escola e terá motivação para bem desempenhar seu papel.

A educação recebida na família é a base que acompanhará o indivíduo em toda sua trajetória. Contudo, essa tarefa está sendo delegada para a escola, porque os pais, devido à correria do dia-a-dia e às cobranças do mundo moderno, não têm mais tempo para se dedicar a ela. Essa responsabilidade acaba ficando muito pesada para a escola sozinha, visto que a criança permanece, na maioria das vezes, apenas quatro horas de seu tempo nesse recinto.



Faz-se necessário que a família marque presença na escola, seja participando das atividades a que for convidada, seja simplesmente fazendo uma visita para saber como está o rendimento da criança. Cada parte envolvida na parceria precisa ter consciência de sua responsabilidade e suas atribuições, tendo como objetivo a formação de cidadãos participativos, conscientes e construtores de uma sociedade mais justa.

O Orientador Educacional, que fará a mediação para estabelecer o vínculo entre a instituição família e a instituição escola, é o tema da segunda parte desse artigo. Nela foi realizada uma retrospectiva da trajetória desse pedagogo, ressaltando que o mesmo poderá ajudar nessa nova realidade existente, visto ser um especialista que procura caminhar na estrada solidária do conhecimento e da afeição, articulando realidade e objetivo.

O diálogo se faz imprescindível para a coordenação do meio e para que o ser humano se constitua, pois através das relações afetivas e dos limites, os sujeitos interagem uns com os outros, buscando a construção de sua própria identidade que pressupõe a liberdade e autonomia, tendo como elo a solidariedade. O exercício do diálogo e a partilha dos saberes e experiências numa escola precisam ser praticados quando se buscam conjuntamente alternativas para mudanças.

A aprendizagem dos vínculos afetivos, inicialmente com a família, primeiro grupo social a que pertence, e depois com as relações que estabelece na escola, é importante para a formação do sujeito. A escola deve ser mediadora do processo educativo e de formação humana, primando por constituir-se como mola propulsora das relações, para que os sujeitos possam constituir-se integralmente e significar suas vidas e, assim, tornarem-se mais felizes e integrados. Com uma proposta coletiva, com consciência do assumir a educação por parte de todos os envolvidos, comprometidos, com base na ação e reflexão mais significativa, acredita-se ser possível idealizar a escola que encante a todos que fazem parte dela.

O trabalho não se esgota com o término do artigo, mas abre espaço para que se conheça cada vez mais as novas formações familiares e se busque um diálogo constante com ela, a fim de que possa ser um caminho amplo de bons relacionamentos. Na verdade, toda pesquisa realizada abre novas perspectivas,



elucida ideias, provoca o pensamento, aprimora ações e a capacitação ao diálogo, num processo de desafio a novas investidas que impõem revisões e construções.

REFERÊNCIAS

BORGES, Fernanda Carlos. *A mulher do pai: essa estranha posição dentro das novas famílias*. São Paulo: Summus, 2007.

BOSSOLS, Ana Margareth S. et al. (Org.). *Saúde mental na escola: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Meditação, 2003.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942*. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90*. Brasília: MEC, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96*. Brasília: MEC, 1996.

CARNEIRO E SILVA, Jamile B. e SCHNEIDER, Ernani José. Aspectos socioafetivos do processo de ensino e aprendizagem. *Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG*, v. 3, n. 11, jul/dez. 2007.

CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

CORSO, Mario. Problema salomônico. **Jornal ZH**. 18 abril 2009. Página da Cultura.

FONTOURA, Amaral. *Introdução à sociologia*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d' Água, 1997.

FREITAS, Ivete Abbade. *Família e escola: a parceria necessária na educação infantil*. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.



GARCIA, E. G. Veiga. *Psicopedagogia e a teoria modular da mente*. São José dos Campos: Pulso, 2006.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. *A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. São Paulo: Cortez, 2001.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Participação dos pais ajuda no desempenho escolar da criança*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/artigo/-participacao-dos-pais-ajuda-no-desempenho-escolar-da-crianca/21206>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

JARDIM, A. P. *Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino aprendizagem*. Presidente Prudente: Unoeste, 2006. P. 20 e 50

KALOUSTIAN, S.M. (Org). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, Vera Maria (org). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 11-45.

MARTINS, José do Prado. *Princípios e métodos da orientação educacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

NASCIMENTO, Arlindo M. *População e família brasileira: ontem e hoje*. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygostsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico*. São Paulo: Scipione, 2005.

OSORIO, Luiz Carlos. *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAROLIN, Isabel. *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. Curitiba: Positivo, 2007.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

PIMENTEL, Maria da Glória; SIGRIST, Áurea C. *Orientação educacional*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.



REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. *Mundo Jovem*, Porto Alegre, v. 45, n. 373, p. 6, fev. 2007.

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. 41. ed. São Paulo: Gente, 1996.

WAGNER, Adriana. *Como se perpetua a família: a transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.